

Antônio Carlos abre suas contas ao Governo

SALVADOR — O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, enviou ontem mensagem ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, autorizando-o a investigar suas contas bancárias, além de ativos financeiros e valores mobiliários, "em qualquer época". A mensagem foi uma resposta ao grupo de 20 deputados baianos que, tendo à frente o senador Jutahy Magalhães (PSDB-BA), pedira anteontem ao ministro que determinasse a investigação de uma suposta conta "fantasma" em uma agência do Citibank, em Salvador, que beneficiaria Antônio Carlos.

O governador disse que outras

pessoas precisam ser investigadas e citou como exemplo, na Bahia, o ex-governador Nilo Coelho; o irmão de Nilo, empresário Sílvio Roberto Coelho; o ex-deputado tucano Joacy Fonseca de Góes e o deputado federal Nestor Duarte Neto (PMDB). Ele manifestou também apoio à apuração de contas bancárias "que teriam servido para beneficiar determinados candidatos".

Para Antônio Carlos, também os arrecadadores de verbas para campanhas eleitorais, "pelo descompromisso ético, pela sabida ganância com que se têm locupletado — do dinheiro de tercei-

ros ou mesmo do público — merecem ter suas transações investigadas".

Na mensagem a Corrêa, Antônio Carlos diz: "Vossa Excelência, senhor ministro, demonstraria isenção e prestaria inestimável serviço ao país se, além de atender ao pedido formulado pelos parlamentares — como reitero que o faça — obtiver, dos acima nominados, autorização para a investigação de suas contas bancárias e ativos financeiros.

Outrossim, informo que, desde o dia 12 de abril último, já autorizei ao deputado Antônio Imbassây — digníssimo presidente

da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia — o completo exame de minhas contas."

● **AUTORIZAÇÃO** — O juiz Pedro Paulo Castelo Branco, da 10ª Vara de Justiça Federal de Brasília, autorizou ontem a Polícia Federal a abrir inquérito para investigar se a conta do "fantasma" Hugo Tavares Freire Filho, no Citibank de Salvador, que movimentou US\$ 40,268 milhões entre julho de 1990 e janeiro de 1991, e que teria servido como Caixa-2 de campanhas eleitorais de 1990 na Bahia, segundo as denúncias dos deputados.